Ano XX nº 6058 – 23 de maio de 2019

Reforma da Previdência é nebulosa e tira R\$ 17 bi da economia

O economista e professor Pedro Rossi, da Universidade Estadual de Campinas, afirmou que o debate em torno da "reforma" da Previdência no país está "muito nebuloso" quando trata da relação entre gasto público e desigualdade.

Rossi alertou que, ao contrário do que prega o governo – sobre o pretexto de combater privilégios e desigualdades – a reforma da Previdência atinge em cheio a renda dos mais pobres – retirando-lhes por ano R\$ 17 bilhões do bolso e também da economia e não mexe em nada com o 1% mais rico da população.

Para Rossi, há "equivocos ideológicos" no debate. Pela proposta, as mudanças no abono salarial vão reduzir, em média, 5,7% da renda anual de 24 milhões de trabalhadores que ganham entre um e dois salários mínimos. Isso aumentaria a desigualdade social medida pelo índice de Gini (índice para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo) de 0,5475 para 0,5489, de acordo com a análise do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), do Instituto de Economia da Unicamp.

De acordo com o estudo exposto na comissão, com a reforma da Previdência seriam retirados até R\$ 17 bilhões por ano da economia, com impactos muito negativos ao país, já que esse dinheiro sairia do bolso de uma parcela da população que, consequentemente, deixaria de consumir.

Segundo o economista da Unicamp, o problema não está em quem ganha salário mínimo. "O problema está no teto de gastos, com as limitações fiscais da Emenda Constitucional 95, que reduz o gasto público em 20 anos. O problema da desigualdade está nos 2% ou 1% mais ricos."

O risco de afrouxar normas de segurança no trabalho no país

Acidentes de Trabalho

O presidente Jair Bolsonaro anunciou, no início da semana, uma ampla revisão nas normas de segurança do trabalho em vigor no País. Nas redes sociais, ele fez uma ofensiva contra o que chamou legislação 'bizantina, anacrônica e hostil'.

O principal alvo é a NR-12, que regula (em mais de 100 tópicos) o trabalho em máquinas e equipamentos, justamente os principais causadores de acidentes de trabalho no Brasil. Foram 528.473 casos nos últimos cinco anos, dos quais 2.058 resultaram em mortes e outros 25.790, em amputações.

O Brasil registra, em média, um acidente de trabalho a cada 43 segundos, esse número deve ser ainda maior, já que é comum que esses casos não sejam notificados. E a cada 3 horas e 43 minutos, um trabalhador morre nesse tipo de acidente.

Os dados são do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, criado pelo Ministério Público do Trabalho em parceria com a Organização Internacional do Trabalho.

Quando a reforma trabalhista foi aprovada, em 2017, a prevalência do negociado sobre o legislado afetou o respeito aos costumes e regras de segurança. No ano seguinte, a terceirização irrestrita fragilizou ainda mais a rede de saúde e segurança garantida, aos trancos e barrancos, pela fiscalização e pelas regras da CLT. Na visão de juízes e procuradores do trabalho, a medida banaliza a vida humana, além de prejudicar a independência técnica de juízes e procuradores.

Evitar acidentes de trabalho também é bom para os cofres públicos. Nos últimos cinco anos, o INSS pagou mais de 83 milhões de reais em benefícios acidentários como o auxílio-doença, e a aposentadoria por invalidez.

O Brasil é o quarto país onde mais ocorrem acidentes de trabalho, perdendo apenas para China, Estados Unidos e Rússia no ranking da OIT. As principais causas, segundo a organização, é o descumprimento de normas básicas de proteção e más condições nos ambientes e processos de trabalho. Não é de duvidar que, sem regulação, o país ganhe o topo dessa lista dentro de alguns anos.